

Coluna do Castello

AVC 29 NOV 1987

Povo indiferente a sistema de governo



A transferência do confronto entre a Constituinte e o presidente da República para um confronto entre as correntes internas da Assembléia Nacional não deixa de aliviar a situação do governo e permitir que, sem maiores reações, o presidente passe a atuar administrativamente liberto dos compromissos partidários. Ele já não precisa consultar o doutor Ulysses sobre as substituições de titulares de postos do segundo ou terceiro escalões e já pensa em avançar numa pequena reforma administrativa que elimine conselhos e comissões que se tornaram abundantes na administração federal. O presidente pensa também em suprimir alguns órgãos, promovendo fusões, a fim de aliviar a carga burocrática dentro do seu governo.

Desse alívio não se deve inferir que melhoraram as condições políticas para retomada do mandato de cinco anos nem que a meditação sobre as dificuldades para realizar a eleição presidencial em 1988 seja de molde a levar os constituintes a reexaminar a questão do ponto de vista da exequibilidade do pleito. Ora, a prática política brasileira indica que anualmente, sempre que se realizam eleições, o Congresso vota, sob regime de urgência, as leis adequadas a viabilizá-las. A cada ano eleitoral há legislação casuística preparada adrede para a ocasião. Assim não só serão contornadas as objeções da Justiça Eleitoral, como gerados calendários que possibilitem aos partidos conjugar a renovação das suas direções com o calendário da escolha de candidatos. Em casuísmos, o Congresso é perito.

O problema, sob esse aspecto, parece mais dos governadores, desinteressados de uma eleição no próximo ano, quando deveriam se desincompatibilizar com pouco mais de um ano de governo, do que dos parlamentares, os quais de resto preferirão trabalhar à sombra, isto é, sem o impacto solar das aspirações de governadores no seu caminho. O Congresso está cheio de candidatos a presidente da República, a começar pelo presidente da Constituinte, o mais antigo e o mais respeitável deles. Para os demais partidos, o problema não chega a se pôr, desde que o ex-governador Leonel Brizola não exerce qualquer mandato e o mandato de Lula não o torna inelegível. O ministro Aureliano Chaves, candidato do PFL e eventual expressão de uma unidade mineira, dificilmente permanecerá no ministério depois de janeiro se perceber que o parlamentarismo perdeu as chances de se transformar na forma de governar o país.

Os candidatos potenciais, como o senador Mário Covas, estão penderes de condições internas no seu partido que viabilizem suas eventuais aspirações. O mesmo se deve dizer de outros deputados e senadores que alimentem iguais sonhos e de empresários, como o sr. Antônio Ermíro de Moraes, cuja candidatura parece depender mais de sua decisão pessoal do que das pressões políticas. Os governadores não são matéria essencial à eleição presidencial do próximo ano, embora não se possa negligenciar seu poder de influência eleitoral dada a coincidência de eleições municipais com a do presidente da República. Eles funcionariam como grandes eleitores e, os que tiverem idade e condições para tanto, devem deixar para outra oportunidade a concretização das suas aspirações de governar o país sob o sistema presidencialista.

Cresceram os indícios, depois da solução da crise da duração do mandato do sr. José Sarney, de que o movimento parlamentarista perdeu substância, na medida em que parte dos que o preconizavam pretendia apenas reduzir poderes do atual presidente. Não será de certo o manifesto da "intentiona", lido ante-ontem por um dos ministros militares em nome dos demais, que condenaria a vocação parlamentarista da Constituinte. O Ibope interno das Forças Armadas não convence que o povo, alheio ao parlamentarismo, esteja gamado pelo presidencialismo. O povo simplesmente parece indiferente ao problema, situado no âmbito de debate e decisão das elites políticas.

A vinculação das inclinações populares ao presidencialismo dá-se por via indireta, qual seja a necessidade criada pelos palanqueiros de atender o que se transformou numa obsessão nacional por eleição direta. Eleição direta do presidente significa presidencialismo e essa circunstância inspira considerações, como as que expôs neste jornal Moacyr Werneck de Castro. Mas não é repúdio direto ao parlamentarismo. A eleição direta pregada com tanto êxito nos comícios de 1984 atendia principalmente a uma reivindicação contra a impostura dos "mandatos" de generais votados em colégios eleitorais obedientes a êditos ditatoriais. O povo queria eleição direta para ter a oportunidade de escolher ele próprio seus governantes e a maneira de ser o país governado. Não havia nisso predisposição presidencialista, mas decisão antimilitarista.